

JACKIE HARRISON E BRIDGETTE WESSELS (ED.S) (2009)

Mediating Europe – New Media, Mass Communications
and the European Public Sphere

New York: Berghahn Books

ANA ISABEL MARTINS

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(DOUTORANDA)

O livro editado por Jackie Harrison e Bridgette Wessels aborda uma temática que tem despertado um interesse crescente no âmbito dos *Media Studies*: a do papel dos meios de comunicação social na criação e reforço de um Espaço Público Europeu (EPE). Esta linha de investigação conheceu um desenvolvimento particular a partir da década de noventa, decalcando-se sobre o percurso evolutivo da própria construção europeia. Neste contexto, os comunicólogos procuram sobretudo averiguar de que forma a cobertura jornalística contribui para a emergência de um fórum de debate *europizado*, susceptível de contrabalançar as fragilidades democráticas da União Europeia (UE) pós-Maastricht.

Porém, a obra coordenada pelas duas Professoras da Universidade de Sheffield – especialistas em Comunicação e Sociologia, respectivamente – afasta-se da análise dos *conteúdos* mediáticos sobre a Europa para se debruçar sobre a *natureza* dos meios de comunicação que operam no espaço europeu. Ao projectar a relação – implícita no título – entre os "media tradicionais" e os "novos media" no contexto teórico do EPE, os doze capítulos que compõem este trabalho académico apostam num claro aprofundamento da literatura existente. Mais do que explorar, na senda dos estudos seminais sobre o EPE, a *europização dos media*, pretendem investigar *a mediatização da Europa*.

A expressão *mediating Europe*, patente na frase que titula o livro, é definida por Jackie Harrison no Capítulo 1 (Introdução, pp. 1-23) como "o modo como o actual espaço de comunicação europeu é ocupado" (p. 2). Nesta relação de mútua influência entre os media e a Europa convergem dois eixos fundamentais: por um lado, o conjunto de agendas económicas, políticas, sociais e culturais fixadas *pelos* ou *para* os media; por outro lado, as mudanças ao nível técnico, de conteúdos e de serviços mediáticos, sem perder de vista o papel regulador das políticas públicas comunitárias. Esta dupla dimensão deixa entrever o denominador comum da obra, que se propõe abordar, através do estudo dos media, o *conceito* e o *contexto* do EPE: um enquadramento teórico desta hipótese normativa, seguido de uma análise centrada nas suas possibilidades de realização.

O livro de 344 páginas encontra-se dividido de acordo com esta estrutura, assegurando a coerência entre o texto introdutório e os restantes onze capítulos. Os primeiros seis artigos, agrupados sob a designação "Novos media, *mass media* e o espaço público europeu" (pp. 25-180), focam o *conceito* de EPE. Os últimos cinco, que examinam o seu *contexto*, aparecem integrados na secção "Políticas da UE nos sectores do Audiovisual e da Sociedade de Informação: Desenvolvimentos e Desafios à Mediatização da Europa" (pp. 181-318). Trata-se de um conjunto de trabalhos resultantes das comunicações apresentadas na Conferência Internacional *Changing European Public Spheres: New Cultural and Media*

Contexts in Western and Eastern EU – Prospects and Challenges, realizada em Setembro de 2004 na Universidade de Sheffield.

Na primeira parte, Nick Stevenson (pp. 27-46) encara a Educação para os Media como condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma cidadania europeia activa, enquanto Damian Tambini (pp. 47-72) coloca a tónica na criação de um espaço europeu de informação susceptível de proteger o acesso dos cidadãos a debates de interesse comum. Segue-se um estudo exploratório de Renée van Os, Nicholas W. Jankowski e Fred Wester (pp. 73-98), com base em *websites* de actores políticos, em que os autores dão conta da emergência – ainda que incipiente – de redes partilhadas de discussão *online*. Com uma visão mais pessimista, Erkki Karvonen (pp. 99-127) alerta para a posição hegemónica do ‘entretenimento’ no seio das actuais esferas públicas finlandesas, conducente ao que descreve como “democracia-tablóide” (p. 122). Finalmente, a secção inicial do livro encerra com duas perspectivas do EPE sob o pano de fundo das sociedades em rede hodiernas: um capítulo de Christiano Bee e Valeria Bello (pp. 128-149), no qual se reflecte sobre um modelo de *networked governance*; e um texto assinado pela própria Bridgette Wessels (pp. 150-180), que discute a pertinência de uma sociedade de informação europeia.

A análise das políticas comunitárias no sector audiovisual constitui o fio condutor dos artigos incluídos na segunda parte. Peter Humphreys (pp. 183-212) argumenta que a influência da UE na criação de um mercado competitivo nesta área contrasta com os limites da sua acção reguladora ao nível dos serviços públicos de televisão e rádio. Este exercício de contextualização dá lugar a quatro capítulos direccionados para campos mais específicos. Primeiro, um estudo de caso sobre o sector ambiental (pp. 213-237), onde Max Craglia e Alessandro Annoni sublinham o potencial de iniciativas como a Convenção de Aarhus e a Directiva INSPIRE para uma participação cidadã activa na vida da UE. De seguida, uma investigação de Katharine Sarikakis (pp. 238-261) sobre os poderes e limites do Parlamento Europeu no âmbito das políticas europeias para os media. Por último, dois textos que revisitam o tema da regulação dos mercados audiovisuais, com que a secção iniciara: Mark Wheeler (pp. 262-285) dissecar a matriz neoliberal da Direcção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia; e Gülseren Adakli (pp. 286-318) centra-se na realidade turca para examinar a progressiva liberalização do sector. Embora separados por dimensões analíticas distintas (supranacional e nacional, respectivamente), ambos os capítulos revelam paisagens mediáticas marcadas pela tensão entre a esfera do interesse público e os desígnios comerciais dos grandes grupos económicos.

No cômputo geral, *Mediating Europe...* apresenta um leque de estudos distintos na sua especificidade, mas unidos pela adopção dos media como um elemento incontornável nas reflexões sobre o Espaço Público Europeu. Esta moldura teórica reveste-se de uma importância particular se recordarmos não apenas o estatuto dos meios de comunicação social como principal fonte de informação sobre a UE, mas também os documentados efeitos da cobertura mediática nas atitudes face à construção europeia e nas intenções de voto nas Eleições para o Parlamento Europeu. Urge, portanto, aprofundar o nosso entendimento dos media como instrumento de mediação entre os cidadãos e as instituições europeias, sobretudo numa altura em que a UE se tem visto confrontada com referendos negativos e um decréscimo nas taxas de participação eleitoral nas Europeias. À luz deste cenário, os capítulos editados por Jackie Harrison e Bridgette Wessels extravasam o seu contexto de produção (em 2004), para adquirir o sentido de actualidade tão bem captado pelo adjetivo *timely*, no texto de apresentação da contracapa.